Representantes do Crédito Fundiário no Piauí conhecem PAA

por Redação

Técnicos da Superintendência Regional da Conab no Piauí estiveram reunidos, na última quarta-feira (17), com representantes da base de atuação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para apresentar os mecanismos de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Conab foi a primeira empresa pública a oferecer os seus mecanismos de comercialização dos produtos da agricultura familiar ao PNCF, que oferece condições para que os trabalhadores rurais

sem terra possam comprar um imóvel rural por meio de financiamento, e agora buscam alternativas de comercialização para a produção dos agricultores.

O encontro é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e faz parte de uma série de ações do PNCF em todo o país voltadas à organização do movimento da agricultura. Na ocasião, estiveram presentes representantes de associações e sindicatos de agricultores, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e representantes de instituições de apoio técnico ligados aos agricultores, além de

diretores do Departamento de Crédito Fundiário.

De acordo com o órgão, o Piauí possui quase 14 mil famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário, mas ressalta que há problemas para a comercialização do que é produzido, devido à falta de organização e conhecimento por parte dos agricultores quanto aos mecanismos de comercialização, tanto do Governo quanto da iniciativa privada.

Por Mônica Simões/Conab,
com colaboração de Ravenna Araújo

Crianças e adolescentes têm atendimento integral

Por Aline Moreira

Em meio a uma rotina de violência e sofrimento, crianças e adolescentes em situação de risco encontram em abrigos uma nova esperança de dias melhores. Mantidos pelo Governo do Piauí e gerenciados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc), os atendimentos são separados por idade e sexo e oferecem serviços que vão desde atendimento médico até aulas de reforço escolar.

Para crianças de 0 a 12 anos, que foram abandonadas ou sofreram algum tipo de abuso por parte da família, o Lar Maria João de Deus é o lugar para onde são levadas. Fundado na década de 1970, o Lar da Criança Maria João de Deus é uma medida de proteção especial de alta complexidade prevista na legislação federal e aplicada sempre que os direitos das crianças forem violados, abrigando em caráter provisório ou para fins de adoção vítimas de alguma violência.

O abrigo tem capacidade para 60 crianças, inclusive com deficiência, que recebem atendimento com equipe multidisciplinar, com médicos, psicólogos, fisioterapeutas entre outros. Segundo a Sasc, não é porque estão em abrigos que a educação fica de lado. As crianças vão para a escola e ainda tem aulas de reforço com pedagogas. Além disso, fazem atividades esportivas como balé e natação.

Para o público com idade ente 12 e 18 anos, a Sasc mantém os abrigos masculino e feminino, unidades de proteção responsáveis pelo atendimento de adolescentes em situação de risco social e pessoal, encaminhadas pela Justiça ou pelo Conselho Tutelar de Teresina. A Sasc explica que os jovens atendidos não são autores de atos infracionais, mas estão em situação de vulnerabilidade social, como vítimas de violência, por exemplo. O maior desafio é tentar inseri-los de volta ao seio familiar.

Os abrigos mantém uma parceria com a organização não-governamental (ONG) Vira Vida, que oferece cursos profissionalizantes e oficinas e cursos como de jardinagem, bijuterias e artesanato, para facilitar também a inserção no mercado de trabalho. O objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e social, fortalecer os laços de convivência familiar e comunitária, garantir a permanência e o sucesso na escola, visando a construção da cidadania deste público.

Imepi realiza fiscalização de Natal

Por Ana Maria Costa

O Instituto de Metrologia do Estado Piauí (Imepi) realiza nos próximos dias a Operação Natal. Trata-se de uma operação de fiscalização que ocorre simultaneamente em todo o Brasil.

Serão fiscalizados brinquedos e luminárias natalinas, no período de 29 de novembro ao dia 3 de dezembro. A intenção é retirar do mercado produtos sem a certificação que oferecem risco de segurança para as pessoas.

No caso dos brinquedos serão verificados se os mesmos contêm o selo de qualidade, as informações indicativas de idade proibida e se têm substâncias cancerígenas e alérgicas. Se os brinquedos não atendem às normas de segurança eles serão apreendidos.

Já com relação às luminárias natalinas (pisca-pisca) serão verificados se na sua composição têm material ferroso, informações de corrente, tensão, bem como informações do fabricante com CNPJ e endereço. Essas recomendações são para atender também às exigências do Código de Defesa do Consumidor, no caso de ocorrência de algum dano, para que seja acionada a justiça.

Na última operação realizada, na campanha do Dia das Crianças, foram apreendidos 190 brinquedos que não atendiam às especificações de segurança.